

A FABRICAÇÃO DO HOMOSSEXUAL:

História, verdade e poder

Ailton José dos Santos Carneiro*

Resumo:

Trata-se de uma tentativa de demarcar o aparecimento da “homossexualidade” na História e na historiografia enquanto categoria discursiva produzida pela vontade de verdade e relações de poder na era moderna, nos séculos XVIII e XIX. Nesta perspectiva, compreende-se que a modernidade com seu cientificismo, sua busca pelo verdadeiro, pelo inteligível, fabricou novos sujeitos visando tornar esses indivíduos objetos discerníveis para a ciência e para seu projeto de sociedade. O “homossexual” surge deste interstício. Neste sentido, através de uma análise teórico-conceitual, fundamentada, sobretudo, em ideias do filósofo e historiador Michel Foucault, este trabalho visa evidenciar a emergência do discurso da homossexualidade na modernidade, levando em consideração a estreita relação entre verdade e poder.

Palavras-chave: Homossexualidade; Modernidade; Verdade-Poder.

“Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. (...) Trata-se de uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se linguagem móvel e de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém. Rios cifrados da rua”.
Michel de Certeau.

“Eu tenho tanto medo de ser eu. Sou tão perigoso. Me deram um nome e me alienaram de mim.”
Clarice Lispector.

Prólogo

Quando se inicia uma História da Homossexualidade? Qual é o seu ponto de partida? Um historiador preocupado com essas questões pode situar como início um tempo e espaço emblemáticos. Nesse passado pode estar à repressão sofrida pelos amantes do mesmo sexo, ou à ausência de qualquer impedimento sexual. Assim, a

* Ailton José dos Santos Carneiro é graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: ailtonet@hotmail.com.

instauração das leis mosaicas entre os judeus na Antiguidade Oriental ou o culto ao “amor-livre” na Grécia Antiga configuram-se como possíveis “marcos-zero”. Entretanto, essa história aqui contada não pretende acessar um passado tão longínquo. A história da homossexualidade não pode ser narrada a partir das aventuras e desventuras sexuais dos gregos, hebreus ou qualquer outro povo da antiguidade, pois nessas sociedades não havia “homossexuais”. Esses são filhos da modernidade. Sua gênese, muito longe de remontar sua origem, nos direciona para os confusos séculos XVIII e XIX e todas as tramas de um novo projeto de sociedade moderna que eram tecidas pela burguesia em ascensão. Neste sentido, este trabalho visa evidenciar a emergência do discurso da homossexualidade na modernidade e, conseqüentemente, o surgimento de sujeitos homossexuais, levando em consideração a estreita relação entre verdade e poder.

No entanto, antes de qualquer coisa, cabe uma ressalva, pois dar os créditos aos tempos modernos pela invenção do homossexual, não é a mesma coisa que dizer que foi a lógica moderna que inventou a prática sexual e o amor pelo mesmo sexo, visto que é sabido por todos que muitos homens e mulheres já se entregavam a esses prazeres muito antes de qualquer registro histórico. Todavia, tal proposição parte da compreensão de que é na era moderna que se estabelece uma categoria de indivíduos dita como “homossexual” e é essa concepção que nos chega até hoje, notadamente no discurso das instituições sociais ou pela fala e uso que os ditos “homossexuais” fazem ao se apropriar dela.

No entanto, antes de adentrarmos mais nessa estruturação da sociedade moderna, é importante ressaltar que esse incômodo com o sexo entre os iguais não foi apenas uma virtude dos burgueses, nem surge com a doutrina cristã. Anteriormente a isso, mesmo não havendo a categoria homossexual na Grécia Antiga, os gregos também atentavam para o uso desses prazeres. Antes de qualquer coisa, torna-se necessário explicar que preocupação era essa.

O cuidado com os prazeres entre iguais na Grécia Antiga: Outras “verdades” e relações de poder

Ao analisar como se davam as relações sexuais entre homens e rapazes na Grécia Antiga, Foucault, percebe uma certa inquietação por parte dos filósofos no que diz respeito a essa prática. Para ele, não se tratava de atribuir a esses atos sexuais um

valor ilegítimo, mas de se pensar qual era a melhor maneira de se fazer uso desses prazeres. O sexo entre os gregos antigos não era uma forma de classificar o indivíduo, não havia a classe dos sodomitas, “o homem que preferia os *paidika* [rapazes] não se experimentava como ‘outro’ face àqueles que buscavam as mulheres.”¹ Neste sentido, compreende-se o porquê não se pode falar em homossexualidade na Grécia Antiga ou em qualquer outro espaço e tempo antes dos séculos XVIII e XIX. As relações de poder e produção de verdade que se estabeleciam na antiguidade não criavam um interdito para o amor entre aqueles do mesmo sexo, pelo contrário, era através das instituições – lugar reservado para o exercício de poder e produção de saber – que essas práticas encontravam sua principal base de sustentação social.

Entretanto, cabe ressaltar, que mesmo não havendo linhas de forças na Grécia Antiga que separassem os amantes do mesmo sexo dos que amavam o sexo diferente, o amor não era tão livre, como poderia aparentar, entre os gregos. Em consonância com Foucault, o ato sexual “privilegiado” pela moral grega entre dois homens era aquele que envolvia um parceiro mais velho, com sua formação completa e supostamente na posição de ativo no ato sexual, com um mais jovem, ainda em formação e sem *status* definido na sociedade². Um outro tipo de relação sexual que envolvesse dois homens maduros poderia levantar suspeita acerca das posições sexuais, supostamente presumiriam que um deles seria passivo. Desse modo, a antiguidade grega também possuía seus desviantes, visto que “onde há poder, há resistência.”³

Essa desvalorização da passividade sexual do homem não é uma especificidade dos antigos gregos. Para o historiador estadunidense William Naphy, a maioria das culturas antigas aceitava as relações sexuais de um homem com outro, no entanto, entendia que se um desses assumisse uma posição passiva tornava-se depois disso menos homem, exceto se o parceiro passivo fosse um adolescente.⁴

Essa constatação não deve servir para se pensar a homossexualidade em termos da sua tolerância ou intolerância ao longo da história, antes ela é esclarecedora para se definir uma linha espacial e temporal que não permite pensar a homossexualidade a não ser a partir dos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, torna-se imprescindível analisar essa irrupção da modernidade, sua produção de verdade e práticas de poder.

Breve Excurso sobre a Modernidade: a invenção do homossexual

Os acontecimentos sociopolíticos e os avanços tecnológicos da indústria no século XVIII geraram um nítido atordoamento na história da humanidade. A modernidade com todas as suas inovações representou um rompimento abrupto com as tradições do passado. Homens e Mulheres se viram lançados numa época de insegurança e de incertezas, numa nova experiência do espaço e do tempo. Para Karl Marx e Friedrich Engels, essa época é marcada pelo domínio da burguesia. Para eles, caracteriza-se pelo “revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, (...) tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado.”⁵ A burguesia, segundo eles, tenta criar um mundo a sua imagem que lhe permita viver em segurança, ou seja, que assegure o seu capital, “almejam as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigos necessariamente decorrentes”⁶. Dessa forma, a modernidade burguesa é a busca pela superação da angústia, é a tentativa de se equilibrar entre o eterno e o fugidivo, entre o contingente e o imutável.

Esse malabarismo da era moderna se baliza na busca pelo “verdadeiro”, pelo que é sólido e palpável. Com efeito, trata-se de uma verdadeira locomotiva⁷ da verdade, sua viagem inicia ainda no século XIV com o renascimento humanista, e tem no século XVIII, como base de sustentação, o movimento iluminista, com toda sua ênfase na racionalidade, na ciência objetiva. O iluminismo foi o esforço intelectual responsável por construir essa nova face da sociedade. De acordo com o geógrafo David Harvey,

A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento das formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.⁸

Neste sentido, percebe-se que o projeto de modernidade em sua formulação se pauta na promessa de liberdade, justiça e igualdade. Dessa forma, a libertação dos homens dos grilhões criados por eles próprios seria um corolário do exercício da verdade. No entanto, não é bem isso que a história nos mostra. A verdade ao invés de tornar o ser humano livre de direcionamentos, revelou-se, principalmente no século XX, notadamente expressa pelo stalinismo, nazismo e militarismo, uma importante arma de dominação e subjugação do outro a uma grande teia de poderes⁹.

Essa compreensão de uma simbiose entre verdade e poder tornou-se incontestável, sobretudo, a partir das contribuições dadas pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault. Segundo ele,

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. (...) A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade.¹⁰

Assim, conforme Foucault, a verdade tão perseguida pela modernidade não é um instrumento de aniquilação do poder, pelo contrário, ela é o próprio exercício do poder. Para ele, trata-se de um poder que produz, refutando desse modo à exagerada ênfase que é dada a sua função repressora. Sobre isto, ele insiste,

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.¹¹

Porquanto, a modernidade que emana saberes é também a fonte dos poderes. E esses poderes não estão centrados nas mãos do Estado moderno, “ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe quem o detém; mas se sabe quem não o possui.”¹². Conforme Foucault, o poder não tem classe, ainda que seja exercido para manter a exploração capitalista, ou seja, para o interesse burguês, eles não são instrumentos nas mãos da burguesia, ela também sofre a ação deles. Essa *concepção não-jurídica do poder*, o identifica em todos os lugares, dissolvido no interior das instituições sociais, realizando movimentos centrífugos e centrípetos¹³.

Segundo Foucault, os mecanismos de poder não são uma invenção dos séculos XVIII e XIX, no entanto, é nessa época que se desenvolve toda uma nova tecnologia dos poderes que tem como alvo não mais a terra e seus produtos, mas o indivíduo, não apenas sua mente, mas, sobretudo, seu corpo e o uso que se faz dele. Trata-se de uma tentativa de extrair seu máximo desempenho produtivo, aqui se fala em produção no sentido mais amplo, o corpo que trabalha também é o corpo que fala, produz saber. É sobre o corpo que se instaura um “*regime*” de verdade e um exercício de poder. É a partir desse período que torna-se necessário vigiá-lo e discipliná-lo, numa tentativa de

adequá-lo aos “riscos” da modernidade.

Esse corpo que carece de proteção, continua Foucault (1979), é o corpo social – a população. No entanto, engana-se quem pensa que esse olho do poder – o *panóptico*¹⁴ – está direcionado para o todo de modo consensual, é na individualidade e materialidade do corpo que esse poder se exerce. Segunde ele, no cerne dessas preocupações político-econômicas populacionais, como analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade, as frequências das relações sexuais e as incidências de práticas contraceptivas, está o sexo, que passa a ocupar um *locus* privilegiado no mundo moderno. Assim, “entre o Estado e o individuo o sexo tornou-se objeto de disputa e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiam.”¹⁵

Com isso, Foucault recusa a tese do sexo reprimido a partir do século XVII. Para ele, nunca se falou ou produziu tanto sobre o sexo como na modernidade. Sobre o sexo, se criou toda uma rede colaboracionista para inquiri-lo, incitá-lo e sujeita-lo ao novo projeto de sociedade. Essa função que na Idade Média cabia somente ao cristianismo, na era moderna passou a ser exercida por uma articulação entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, instituições religiosas, justiça, entre outros. Essa solidariedade entre as instituições produz um discurso científico sobre o sexo, inventa uma disciplina – a sexualidade. Sobre isto, assinala Foucault,

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos. (...) O século XIX e o nosso foram [século XX], antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das ‘perversões’. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais.”¹⁶

Nos séculos XVIII e XIX, a atenção que antes era devotada para o sexo na relação matrimonial, volta-se para as *sexualidades periféricas*: “a sexualidade das crianças, a dos loucos, dos criminosos, os devaneios, as obsessões e o prazer dos que não amam o outro sexo”¹⁷. Fica claro, portanto, que é nesse momento que surge o “homossexual” na história, em seu nascimento não há holofotes, nem plumas, nem paetês, o homossexual emerge deste interstício com outro estigma. Ele, assim como qualquer outro “pervertido” sexual, carregava a marca “da ‘loucura moral’, da ‘neurose genital’, da ‘aberração do sentido genésico’, da ‘degenerescência’ ou do ‘desequilíbrio

psíquico’.”¹⁸ De acordo com Foucault,

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre.”¹⁹

Em outras palavras, a homossexualidade é uma invenção da modernidade, o homossexual é uma espécie “fabricada” por ela. Foucault data como marco do seu nascimento o artigo de K. F. O. Westphal em 1870. Neste, estas “sensações sexuais contrárias”, como se refere o autor, são descritas como “uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino.”²⁰

Provavelmente, Foucault demarque essa publicação como sendo inaugural por perceber presentes nela, pela primeira vez, uma patologização das emoções, dos desejos e das práticas daqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo. Todavia, é salutar destacar que outros historiadores da sexualidade, como é o caso de Jonathan Ned Katz²¹, aponta que o uso do termo “homossexual” foi empregado um ano antes pelo jornalista e memorialista Karl-Maria Benkert²² em uma carta enviada em 6 de maio de 1868 para Karl Henrich Ulrichs. Ambos eram considerados reformadores sexuais e lutaram em defesa da reforma da lei da sodomia e dos direitos dos *urnings*²³ (como Ulrichs denominava os homens que amavam outros homens) na Alemanha.

Segundo Katz, esses primeiros militantes modernos do amor pelo mesmo sexo conseguiram mobilizar toda a sociedade alemã numa grande campanha pela remoção do artigo 175 do código penal que previa a condenação de sodomitas. Não obstante, apesar de obterem êxito, esse processo de descriminalização da homossexualidade na Alemanha foi o responsável por conferir ao homossexual um caráter “inferior” diante daqueles que amavam o sexo diferente. Para o autor, trata-se de uma grande ironia da história, pois numa tentativa estratégica de demonstrar que os praticantes de sexo com iguais não eram criminosos, nem pecadores, eles essencializaram o desejo pelo mesmo sexo atribuindo-lhe um caráter patológico, uma pulsão inata e invertida, por conseguinte, não passível de punição, mas de tratamento médico.

Independente da intencionalidade e manipulação do conceito pelos produtores de linguagem e usuários, este momento pode ser demarcado como marco inicial de uma

produção discursiva sobre a homossexualidade. A estreita ligação entre sexo e verdade não fabricou apenas discursos, trata-se, sobretudo, de um saber aplicado, o resultado desse entrelaçamento é visível na realidade das instituições e dos corpos, nas subjetividades e nas práticas dos indivíduos. O sujeito que se constitui na modernidade é um portador de uma sexualidade. Seu desejo sexual torna-se sua bandeira, inscreve-se em sua testa uma marca. Tudo que ele é não escapa ao seu sexo. “Pois, o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer ‘Para saber quem és, conheças teu sexo’.”²⁴ De acordo com Foucault, cria-se um *dispositivo da sexualidade*, um mecanismo de poder que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, com um objetivo de fazer com que o indivíduo confesse sua sexualidade. “Por confissão entendo todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito.”²⁵

Essa gama de “espécies *sexualis*” é essencialmente rotulada e direcionada a ocupar um lugar na sociedade. A modernidade além de produzir limites epistemológicos, garante para os indivíduos um novo sentimento de si, um *locus* de pertencimento. Esse sujeito que emerge nos séculos XVIII e XIX passa experimentar o tempo e o espaço a partir do lugar que ocupa nessa sociedade.

Considerações Finais

Por conseguinte, o tempo moderno em toda sua complexidade caótica, em sua angustiante busca pela verdade, pelo inteligível, fabricou o homossexual. Está aí o ponto de partida para se pensar as representações, desejos e práticas desses sujeitos. É a partir daí que podemos localizá-los em um espaço e tempo histórico, ouvir suas reclamações e identificar suas lutas e artes no cotidiano das sociedades modernas.

Apesar desta abordagem se ocupar das linhas de força responsáveis pela produção de um conceito que delimitasse epistemologicamente quem eram e o lugar que ocupavam aqueles que amavam o mesmo sexo, a delimitação de um tempo e espaço para essa “engenhoca” moderna é de extrema importância para o historiador exercer o seu papel: historicizar o que foi des-historicizado, estranhar e desnaturalizar categorias inventadas, e não tomar produções temporais como “verdades” universais. Aceitar que a homossexualidade sempre existiu, ao contrário do que muitos pensam, é concordar com sua posição inferior dentro da estruturação social, é acreditar que heterossexuais

também sempre existiram e sempre representaram a norma. Com efeito, é comprar uma “estória” cara e pronta. Por conseguinte, a homossexualidade tem uma história, assim como a heterossexualidade, e é essa história que precisa ser contada.

Notas

¹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2; o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 170.

² *Idem, ibidem*, p. 172 e 173.

³ *Idem, História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 105.

⁴ NAPHY, William. *Born To Be Gay: História da Homossexualidade*. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 19.

⁵ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido Comunista, 1848*. Tradução de Suely Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 28 e 29.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 74.

⁷ O termo “locomotiva” posto dessa forma é alusivo, uma vez que o trem foi um dos símbolos da consolidação do capital e da modernidade no século XIX, como assinala Hobsbawm (2010), no seu livro *a Era do Capital, 1848 – 1875*. Segundo ele, foi também sobre os trilhos da ferrovia que o mundo foi modernizado e unificado.

⁸ HARVEY, David. *Condição Pós – Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 23.

⁹ Conforme Harvey (1992, p. 23 e 24): “O século XX – com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki – certamente deitou por terra esse otimismo. (...) Escrevendo sobre as sombras da Alemanha de Hitler e da Rússia de Stálin, eles [Horkheimer e Adorno em *The Dialectic of Enlightenment* (1972)] alegavam que a lógica que se oculta por trás da racionalidade iluminista é uma lógica de dominação e da opressão.”

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Robert Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 14.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 148.

¹² *Idem, ibidem*, p. 75.

¹³ Para Foucault (*ibidem*, p. 221): “a questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado.”

¹⁴ De acordo com Foucault (1979, p. 211), a ideia de panóptico foi formulada por Jeremy Bentham e se refere a “um ponto central que deve ser o local de exercício do poder e, ao mesmo tempo, o lugar de registro do saber.”

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 36.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 43 e 44.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 46.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 47.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 50.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 50 e 51.

²¹ Katz, Jonathan Ned. *A Invenção da Heterossexualidade*. Tradução Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 64 e 65.

²² De acordo com Júlio Assis Simões e Regina Facchini, depois ele mudou o seu nome para Károli Maria Kertbeny. Ver: SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 38.

²³ Conforme Katz (1996, p. 62), numa tentativa de defender o amor entre os iguais, em 1862, na Alemanha, o escritor Karl Heinrich Ulrichs cunhou os nomes *Urning* ou *Uranie*, em português “uranista”, para designar os homens que amavam outros homens e *Dioning* para designar os homens que amavam mulheres. Posteriormente criou também o termo *Urnde* para se referir as mulheres que amavam mulheres. Essas terminologias derivaram do nome da deusa Urânia que, segundo a mitologia romana, é a divindade representante do amor entre o mesmo sexo. Logo em seguida essas expressões foram suplantadas pelo termo homossexual.

²⁴ FOUCAULT, 1979, p. 229.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 264.